

EDITAL NÚMERO 341/2019

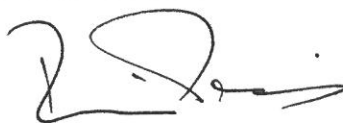
--- RUI JOSÉ DA COSTA PEREIRA, NA QUALIDADE DE VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.-----

---FAZ PÚBLICO QUE, foi celebrado no dia 24 de julho de 2019 o contrato interadministrativo número 416/2019, com a **União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem**, que se anexa e está disponível para consulta na página oficial da Câmara Municipal de Sintra, em www.cm-sintra.pt.-----

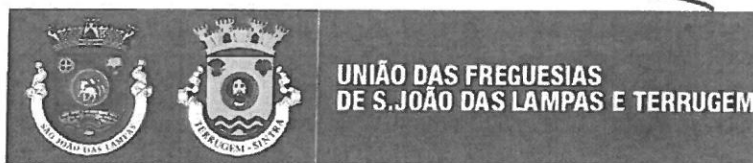
---Este contrato vai ser publicitado nos termos do Decreto – Lei número 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei número 64/20013, de 27 de agosto. Assim, nos termos do número 1 do artigo 56º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, passei o presente Edital e outros de igual teor que vão por mim assinados e serão afixados nos lugares públicos habituais, durante cinco dos 10 dias subsequentes à Outorga do respectivo contrato.-----

--- Sintra e Paços do concelho, 02 de Agosto de 2019.-----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,



8



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO.

DE COLABORAÇÃO Nº 416 / 2019

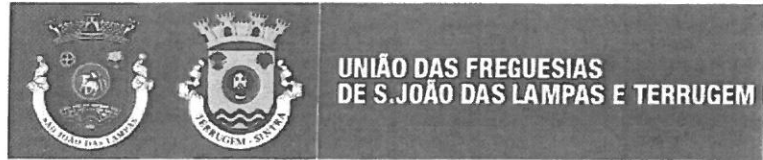
24 de JULHO de 2019

**ENTRE O MUNICÍPIO DE SINTRA E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO
DAS LAMPAS E TERRUGEM**

**- REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO DO SEIXAL, ASSAFORA,
ARNEIRO DOS MARINHEIROS, GODIGANA, FONTANELAS E CHILREIRA -**

Considerando que:

- O Município de Sintra tem Protocolada com a União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem a manutenção e as reparações de onze espaços de jogo e recreio naquela circunscrição territorial;
- Dos onze espaços, seis dos quais têm ainda o piso em areia ou seixo, o que propicia a incivilidade, por parte de detentores de animais, da respectiva utilização como "*casas de banho*";
- Se está perante um problema que pode ter reflexos ao nível da saúde pública das populações, com especial incidência nas gerações mais novas;
- Sendo inviável a fiscalização permanente dos espaços por parte do Município ou da Freguesia quanto à sua utilização indevida por parte de animais domésticos houve que equacionar opções que possibilitem uma higienização regular segundo critérios técnicos constantes do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de Setembro;



- A substituição dos pisos de areia ou seixo por borracha configura-se adequada ao fim em vista, atento o facto de ser facilmente higienizável e se afigurar segura ao impacto;
- Atento o corresponsivo esforço financeiro e porque se tratam de equipamentos de utilização colectiva integrado no património do Município, a Câmara Municipal de Sintra não pode, nem deve ficar alheia à disponibilidade manifestada pela União de Freguesias;
- As relações de índole convencional entre o Município e a Junta da União de Freguesias, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser concretizadas através de um contrato interadministrativo;
- O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;
- Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, *"permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo actual"*;
- O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exactamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *"ponto de encontro de duas gestões públicas"*;

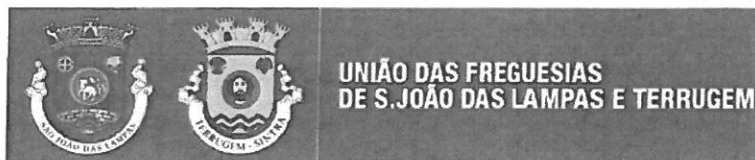


UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE S. JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM

- Tanto o Município quanto a União de Freguesias, visam, no âmbito das respectivas atribuições, *"a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações"* em articulação recíproca;
- A concretização das obras e o garantir subsequente do funcionamento das instalações dos Espaços de Jogo e Recreio se revestem de relevante interesse municipal;
- O presente contrato deve ser acompanhado da transferência dos meios necessários à sua adequada concretização;
- A celebração do presente contrato interadministrativo pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respectivos órgãos executivos [alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º, alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro];
- No caso vertente, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo de Cooperação nas suas reuniões de 02/07/2019 e 14/05/2019, respectivamente.

Entre:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, pessoa colectiva de direito público n.º 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, neste acto representado pelo Senhor Dr. Basílio Horta, nos termos da alínea a) e c) do n.º 1 e f) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sintra, identificado como **PRIMEIRO OUTORGANTE**.



e

A UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM, pessoa colectiva de direito público nº 510.839.789, com sede na Av^a Central, n.º 16 – 2705-737 em S. João das Lampas, neste acto representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, no uso das suas competências previstas nas alíneas a), f) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, identificado como **SEGUNDO OUTORGANTE.**

É livremente acordado de boa-fé, reduzido a escrito e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo de Cooperação, adiante referido como “Contrato”, que se rege pelas seguintes Cláusulas:

CAPÍTULO I

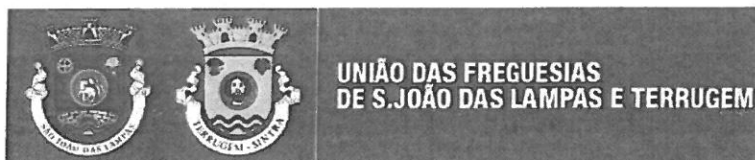
Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objecto

1 - O presente contrato tem por objecto disciplinar a concretização das obras de requalificação dos Espaço de Jogo e Recreio (adiante referidos como EJR) promovidas pelo **Segundo Outorgante**, o qual actuará enquanto dono das obras, sob permissão do **Primeiro Outorgante**.

2 – Os EJR objecto de requalificação estão sitos na União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem e têm a seguinte área:



Handwritten signature and the number 2

- a) Seixal – 114 m2;
- b) Assafora - 210 m2;
- c) Arneiro dos Marinheiros – 156 m2;
- d) Godigana – 205 m2;
- e) Fontanelas – 210 m2;
- f) Chilreira – 183 m2.

3 – Os EJRs são propriedade do **Primeiro Outorgante**, não sendo a respectiva propriedade transmitida ou onerada com a subscrição do presente contrato.

Cláusula 2.^a

Princípios

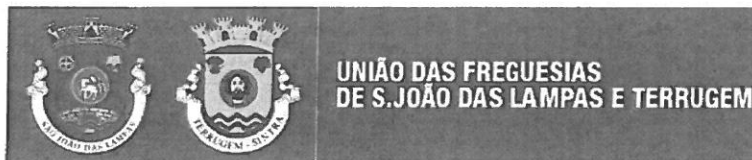
1 – A negociação, celebração, execução e cessação do presente contrato obedece aos princípios da subsidiariedade, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da necessidade e suficiência de recursos, bem como da boa administração.

2- Nas relações entre as partes contraentes vigoram os princípios da transparência, boa-fé, lealdade e cooperação, pautados por critérios de eficiência na prossecução do interesse público.

Cláusula 3.^a

Intangibilidade das atribuições

O presente contrato que visa tão só a colaboração entre as partes outorgantes não tendo o alcance de modificar, restringir ou excepcionar atribuições Municipais ou da Freguesia legalmente fixadas.



CAPÍTULO II

Intervenção e recursos

Cláusula 4.^a

Concretização da Obra, Funcionamento e Intervenções no Parque

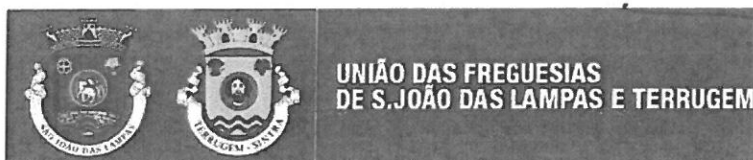
1 - O **Primeiro Outorgante** autoriza expressamente que o **Segundo Outorgante** concretize as obras de requalificação dos EJR constantes do n.º 2 da Cláusula Primeira actuando, enquanto dono das obras, no âmbito do procedimento de Empreitada de Obras Públicas, na fase pré-contratual, contratual e de execução do contrato até à recepção provisória da obra, tendo o mesmo de decorrer obrigatoriamente nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.

2 – Após a recepção provisória das obras de requalificação dos EJR por parte do **Segundo Outorgante** as mesmas consideram-se, nos termos do presente contrato, como benfeitorias integradas no património do **Primeiro Outorgante**.

3 – A integração das benfeitorias referida no número anterior no património do **Primeiro Outorgante** não confere ao **Segundo Outorgante** direito a qualquer indemnização ou compensação.

4 – O pagamento de todas as despesas assumidas no âmbito das Empreitadas das obras de requalificação dos EJR, incumbem ao **Segundo Outorgante**.

5 - Face ao disposto no n.º 2 verifica-se, a partir da recepção provisória da obra, nos termos do artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos, a cessão das posições contratuais do **Segundo Outorgante** ao **Primeiro Outorgante** no âmbito dos Contratos de Empreitada, incumbindo a este o eventual accionamento das garantias contratuais e a recepção definitiva das obras.



6 - A prática de todos os actos necessários a assegurar o funcionamento dos EJR, e sua utilização pública incumbem ao **Segundo Outorgante**, nos termos do anteriormente protocolado.

7 - A substituição de quaisquer equipamentos e aparelhos pelos seus equivalentes, sempre que decorra a cargo do **Segundo Outorgante** deve ser objecto de prévia comunicação ao **Primeiro Outorgante**.

8 - A concretização pelo **Segundo Outorgante** de quaisquer obras e intervenções nos EJR que consubstanciem alterações substanciais, designadamente modelações de terreno ou introdução / remoção de elementos construtivos, deve ser objecto de prévio parecer obrigatório e vinculativo por parte do **Primeiro Outorgante**.

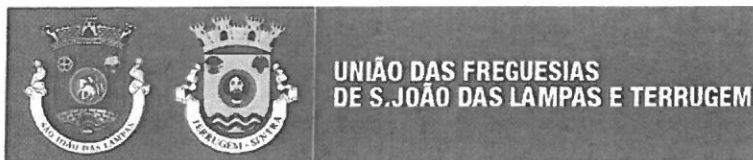
Cláusula 5.^a

Recursos

1 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza uma verba de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) como apoio à concretização das obras de requalificação dos EJR referidos na Cláusula Segunda por parte do **Segundo Outorgante**, globalmente estimadas em 78.560,00 (setenta e oito mil quinhentos e sessenta euros).

2 - A verba de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) referida no número anterior é disponibilizada no prazo de 5 dias úteis subsequentes comunicação ao **Primeiro Outorgante** da adjudicação da Empreitada de reabilitação dos EJR por parte do **Segundo Outorgante**.

3 - O apoio previsto no número anterior destina-se exclusivamente a cobrir os custos com a retirada de areia / seixo existente, construção de caixa em betonilha e respectiva drenagem, deslocação de aparelhos, fornecimento e aplicação da borracha de 40 mm de espessura dos EJR objecto do presente contrato.



4 – Todos os trabalhos que excedam o montante referido no n.º 2 ou que não se incluam expressamente no número anterior, bem como trabalhos a mais, revisões de preços, sobrecustos e outras despesas a que haja lugar, são da exclusiva responsabilidade do **Segundo Outorgante**.

5 - Todas as transferências de meios financeiros por parte do **Primeiro Outorgante** estão condicionadas à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.

6- As transferências previstas no presente artigo encontram-se igualmente condicionadas ao cumprimento por parte do **Segundo Outorgante** das obrigações legais quanto à gestão dos EJRs, designadamente a celebração dos seguros obrigatórios.

CAPÍTULO III

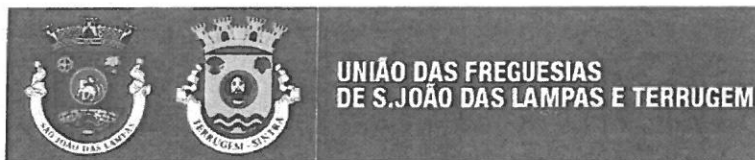
Acompanhamento e controlo

Cláusula 6.ª

Acompanhamento e controlo

1 - A execução do presente contrato será acompanhada, de forma contínua, pelo **Primeiro Outorgante** que pode, a todo o tempo e sem pré-aviso, solicitar ao **Segundo Outorgante** documentos relativos à empreitada e à concreta aplicação dos apoios, bem como realizar vistorias aos locais abrangidos para verificação do cumprimento do presente contrato.

2- A análise documental à aplicação dos apoios incumbe ao DAF em articulação com o DCP e as vistorias que haja necessidade de realizar são efectivadas pelo DEP.



CAPÍTULO IV

Vigência

Cláusula 7.ª

Entrada em vigor e período de vigência

O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da respectiva subscrição e quanto à concretização das obras de requalificação, vigora até à extinção dos efeitos da respectiva empreitada.

Cláusula 8.ª

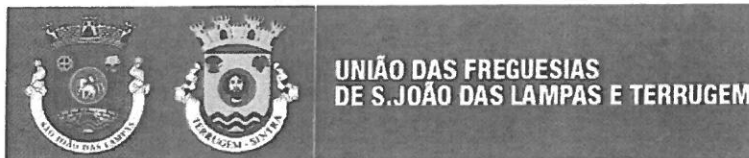
Resolução

- 1 – As partes podem resolver o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.
- 2 – A resolução do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.
- 3 – A resolução é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

Cláusula 9.ª

Revogação

- 1 - O presente contrato é susceptível de revogação, fundamentada por razões de relevante interesse público, a qual deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.
- 2 – A revogação é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.



CAPÍTULO V

Disposições Finais

Cláusula 10.^a

Ocorrências e Emergências

O **Segundo Outorgante** deve comunicar ao **Primeiro Outorgante** imediatamente, qualquer anomalia que afecte ou possa afectar de forma significativa o objecto do presente contrato.

Cláusula 11.^a

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes e do especialmente disposto nas Cláusulas 7.^a, 8.^a e 9.^a, estas deverão ser dirigidas, através de correio electrónico, com aviso de recepção e leitura para o respectivo endereço electrónico, identificado neste contrato, a saber:

- a) Município de Sintra: presidencia@cm-sintra.pt
- b) União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem:
geral@uflampasterrugem.pt

2. Qualquer alteração das informações de contacto por via electrónica constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte pela forma mais célere.

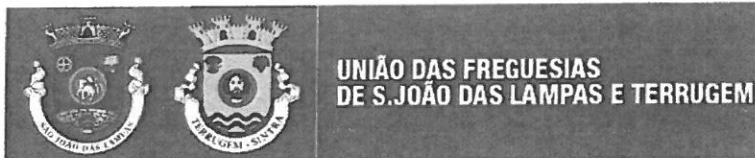
Cláusula 12.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

Cláusula 13.^a

Dúvidas e interpretação de lacunas resultantes deste Contrato



Em tudo o não estipulado aplicar-se-á o Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Código do Procedimento Administrativo e o Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.ª

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª

Publicitação

O presente Contrato é objecto de publicitação no site institucional do Município de Sintra e da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, sem prejuízo da publicitação legal das deliberações dos órgãos do Município e Freguesia, prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A despesa global máxima estimada para este contrato é de 45.000,00 €, (quarenta e cinco mil euros) e encontra-se autorizada pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por deliberação tomada na sua 5.ª sessão extraordinária de 02-07-2019 sob a Proposta da Câmara Municipal n.º477-P/2019, aprovada pela Câmara Municipal a 30-05-2019.

A verba de €45.000,00 tem cabimento no orçamento municipal em vigor com a classificação 01.02.00/08.05.01.02 e no Plano na rubrica 4/4.2.2019.166.9, cabimento n.º 7419005225 e compromisso n.º 7819005370, que se anexa.

Este contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.



O presente Contrato vai ser assinado e rubricado pelas **partes Outorgantes** sendo constituído por quinze cláusulas, que declaram ter lido e a cujo cumprimento se obrigam reciprocamente, contendo 12 páginas e é lavrado em dois exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma delas

Paços do Concelho, 24 de julho de 2019

Pelo Município de Sintra

O Presidente da Câmara

(Basílio Horta)

Pela União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

O Presidente da Junta

(Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão)



COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819005370

Data: 05.07.2019

Data do último ajuste de valor: 05.07.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 PC 0,00

Descrição: CI REPARAÇÃO VÁRIOS PARQUES INFANTIS

Referência:

Serviço Requisitante: DQ

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.02 Câmara Municipal

01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.08 Transferências de capital

D.08.05 Administração local

D.08.05.01 Continente

D.08.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções

4.2 Transferências entre Administrações

2019.166 Descentralização Verbas Freguesia

9 CI construção parques intergeracionai

Entidade/Fornecedor: 1000011391 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA
LAMPAS E TERRUGEM

Fundo: 18989

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500007160

Nº Cabimento: 7419005225 CI - REPARAÇÃO VÁRIOS PARQUES INFANTIS

Nº Processo: CT-2019/19001817

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado:	45.000,00
Valor Compromisso:	45.000,00
Saldo de Cabimento p/ Comprometer:	0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Total Compromissos	45.000,00
--------------------	-----------

DATA IMPRESSÃO
05.07.2019

HORA IMPRESSÃO
14:07:03

UTILIZADOR
STSOUSA

Visto: 